

ARQUITETURA RELIGIOSA E ESPAÇO URBANO COLONIAL NA CIDADE DE SÃO JOÃO DEL-REI

O ritual barroco como definidor da construção da paisagem cultural¹

RELIGIOUS ARCHITECTURE AND COLONIAL URBAN SPACE IN SÃO JOÃO DEL-REI: Baroque ritual as construction of cultural landscape

Resumo: Este artigo visa a analisar o sentido e a formação da paisagem cultural da cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, investigando criticamente a relação entre edifício e paisagem.

A partir desta ótica de reflexão, pretende-se trazer à luz novas possibilidades de compreensão das relações urbanas e arquitetônicas que contribuíram e sedimentaram a paisagem da cidade ao longo de seus quase três séculos de história.

Palavras-chave: São João del-Rei/MG, arquitetura, espaço urbano, paisagem cultural.

Abstract: This article aims to analyze the meaning and formation of the cultural landscape of the city of São João del-Rei, Minas Gerais, critically investigating the relationship between building and landscape. From this point of view, we intend to bring to light new possibilities of understanding urban and architectural relationships that contributed and sedimented the city's landscape along its nearly three centuries of history.

Keywords: São João del-Rei, architecture, urban space, cultural landscape.

Introdução

Traçar um panorama crítico sobre o sentido e a formação da paisagem cultural da cidade de São João del-Rei é, ainda hoje, uma tarefa incompleta, já que os estudos efetuados, em sua maioria, dedicaram-se apenas a historiar isoladamente os monumentos tombados da cidade – a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, as igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo, as pontes da Cadeia e do Rosário, os Passos da Paixão e os chafarizes coloniais. Tais estudos não tiveram por objetivo investigar criticamente a relação entre edifício e paisagem, o que traria à luz novas possibilidades de análise e entendimento das relações urbanas e arquitetônicas que contribuíram e sedimentaram a paisagem da cidade ao longo de seus quase três séculos de história.

A partir da documentação histórica, é possível verificar que as primeiras impressões críticas sobre o assentamento urbano de São João del-Rei estão ligadas aos viajantes que visitaram Minas durante o século XIX. Desses, tanto Johann-Moritz Rugendas (1802-1858) como o naturalista inglês Richard Burton (1821-1890) se encantaram

com os aspectos da estrutura paisagística da cidade, como vemos documentado numa conhecida aquarela de 1824 e na seguinte observação, feita pelo segundo, sobre a paisagem da cidade:

Era meio-dia quando avistamos, num frêmito de prazer, lá muito abaixo, o vale do Rio das Mortes. À nossa direita, elevavam-se a cerca de seis milhas, as linhas da Serra de São José. À esquerda, estava São João del-Rei, ostentando uma dúzia de igrejas e estendendo-se, como se fora um lenço branco, sobre uma encosta irregular e severa. (BURTON, 1986, p. 56)

Mais tarde, ao descrever São João del-Rei em seu livro *Em Minas* (1893), Carlos de Laet dividiu a cidade em dois bairros: São Francisco e Matriz, comunicados por três pontes; elogiou a inteligência dos construtores, que deixaram um grande leito para o córrego, ainda que lhe tenha parecido uma desproporção.

Do ponto de vista da organização espacial urbana, podemos dizer que, acima de tudo, a mesma foi condicionada pela situação topográfica que, em virtude do acompanhamento do curso natural do córrego/vale do Lenheiro, forjou a longitudinalidade do assentamento. Deste modo, é fácil percebermos como os arruamentos originais que estruturam os principais “caminhos-tronco” seguiam paralelos ao leito do rio, além de definirem, nos tempos antigos, a entrada e a saída da cidade fundada por Antônio Garcia da Cunha, por volta de 1705: rua Santo Antônio, rua Direita, Prainha e rua do Barro-Vermelho.

Nos dois primeiros séculos de ocupação, como era costume, a cidade voltou suas costas para Córrego do Lenheiro, local de desova das imundices da cidade colonial, e o parcelamento dos lotes seguiu o padrão colonial português das frentes estreitas, principalmente até 1840, e grandes profundidades, eventualmente interrompidos por vias de servidão para a saída dos excrementos e entrada dos cavalos.

As edificações civis eram inicialmente construídas de parede e meia em pau-a-pique ou taipa de pilão, sendo introduzido o adobe apenas no século XIX. As plantas geralmente estavam vinculadas a soluções de duas janelas e uma porta em diversas formas de articulação e composição das fachadas, sendo as casas mais modestas compostas de apenas uma porta e uma janela. A setorização funcional dos interiores, seguindo a tradicional maneira de morar do Brasil colonial, organizava-se de modo a receber nos cômodos da frente, dormir nas alcovas do centro da casa e viver na sala dos fundos. A cozinha inicialmente ficava em cômodo separado da casa, sendo agrupada ao corpo principal do edifício a partir do século XIX, quando surgiram os tradicionais puxados em L ou em forma de U. Urbanisticamente, conjuntos como os do Largo da Câmara, do Largo do Rosário e rua Santo Antônio, que ainda conservam essas tipologias, definiam o caminho tronco da formação do traçado urbano da cidade em direção ao oeste, que conduzia ao Arraial de Santa Rita do Rio-Abaixo, onde existiu a Fazenda do Pombal, ou após a travessia do Rio das Mortes, em direção a Tiradentes, Prados e dali, a Lagoa Dourada (Figura 1).

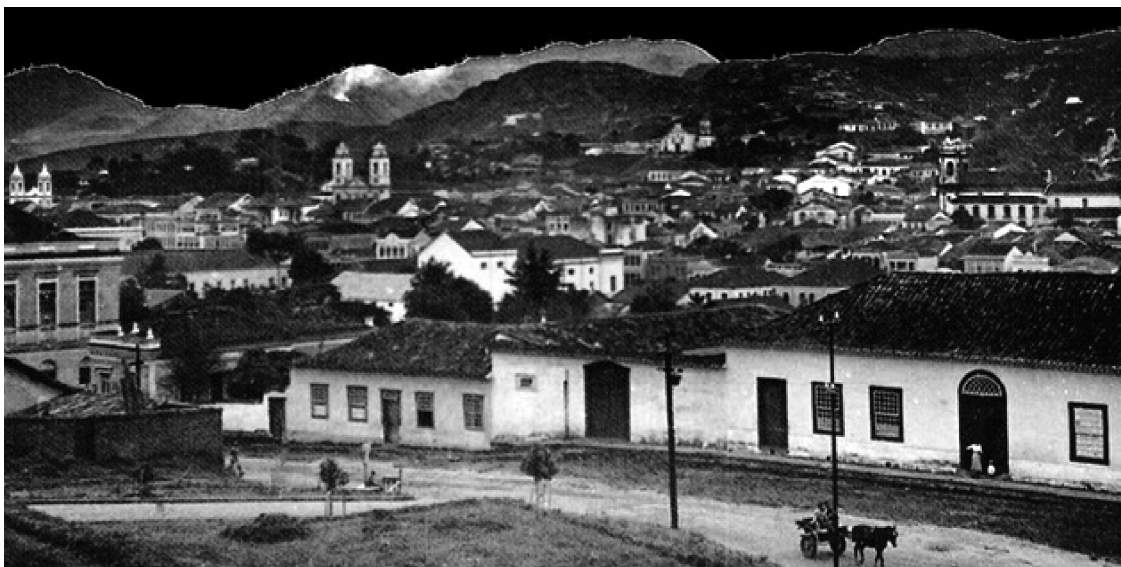


Figura 1: Rua da Misericórdia por volta de 1925.

Fonte: Acervo André Dangelo, 2011 (publicação autorizada pelo autor).

Dentro desse quadro, coube à arquitetura religiosa tanto o papel de estruturadora da paisagem cultural de São João del-Rei, como de monumentalização da mesma.

Os edifícios religiosos como marcos da paisagem cultural

Foi somente no período republicano que a cidade, contaminada pela chegada do progresso da Estrada de Ferro – que carregava consigo leis higienistas e os ideais de Ordem, Amor e Progresso do Positivismo –, construiu uma nova relação urbana com o Córrego do Lenheiro, que se transformou, assim, de ser mero adereço utilitário urbano a um protagonista do novo urbanismo da cidade. Recebeu naquele momento o alinhamento ao longo de seu leito e outras pontes que lhe cruzaram, sendo que estas registram cada momento histórico-econômico vivido pela cidade durante o século XX. A direção do progresso versava à margem esquerda do córrego, ainda pouco ocupada nesse período, principalmente por ali estar situados o Hospital da Misericórdia e seu cemitério público.

Essas ações, entretanto, ainda que modificadoras da organicidade do traçado original da cidade, não interviram significativamente no caráter geral da paisagem do Centro Histórico de São João del-Rei. Do ponto de vista de elementos mais importantes e significativos na estruturação do espaço, entretanto, varreram muito do seu aspecto secular e ancião com a implantação pelas gestões administrativas a partir de 1889. Primadas por uma cultura positivista que buscava nos planos de alinhar ruas e de desmonte de vários arrimos e escadarias seculares – a como a que existia na frente da Igreja do Carmo (Figura 2), incompatíveis para uma cidade que ao lado da tradição almejava a preparação para a cidade dos automóveis depois da chegada do trem –, a cidade preparava-se para o progresso que chegava com a estrada de ferro.

Seguindo os princípios urbanísticos coloniais, constituídos por estratégias mais focadas na construção da dramaticidade da paisagem do que sob regras rígidas que privilegiavam o rigor geométrico do traçado urbano, coube à arquitetura religiosa em São João del-Rei, como em tantas outras cidades mineiras do século XVIII, o papel de estruturação da paisagem cultural da cidade, como também o da monumentalização possível da mesma, já que a topografia mais linear do sítio e a estrutura geológica plana do vale não possibilitavam a construção de uma dramaticidade que já nascia do ambiente, como a verificada em Ouro Preto.



Figura 2: Igreja do Carmo de São João del-Rei por volta de 1889.

Fonte: Acervo André Dangelo, 2007
(publicação autorizada pelo autor).

Dentro dessa perspectiva, e para atingir esses objetivos conceituais, a cidade acabou incorporando o espírito da barroquização do espaço através da estratégia da construção de um roteiro urbano, ainda que em parte intuitivo, muito bem desenhado para abrigar a maioria dos ritos externos da igreja contrarreformista sanjoanense. Procissões, atos de fé, razouras e atos solenes do Senado da Câmara faziam-se presentes no cotidiano do misticismo da sociedade barroca mineira que, vivendo as dúvidas do homem de sua época – o dilema do espírito e da carne, o simbolismo empírico –, marcaria seu tempo principalmente por sua manifestação criadora na área das artes vinculadas ao culto católico contrarreformista, onde a arquitetura civil e religiosa, com a presença constante das capelas, passos, oratórios e cruzeiros, delimitou e imprimiu sua digital na construção do espaço e da paisagem da cidade que ia se construindo ao longo de quase dois séculos desses valores, comemorados em 1913. As estratégias espaciais

da relação de paisagem e ritos religiosos sanjoaneses entre as igrejas das Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras podem ser melhor percebidas no percurso das procissões, em que se estrutura sua relação com os edifícios religiosos e a paisagem (Figura 3).

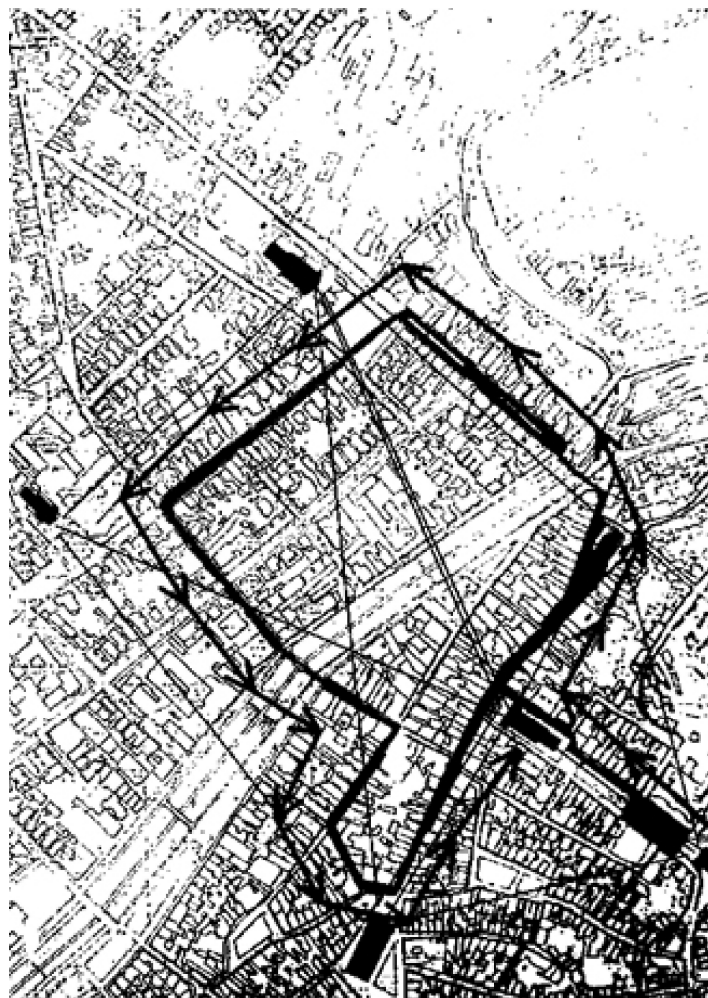


Figura 3: Percurso das procissões e sua relação com a estruturação dos edifícios religiosos.

Fonte: Acervo André Dangelo, 2012 (publicação autorizada pelo autor).

Essa característica já tinha sido notada pelo próprio Sylvio de Vasconcellos (1977), que verificou em seus estudos que com o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo colonial mineiro as igrejas mineiras tiveram uma preferência pelo desenvolvimento da gramática formal dos campanários de seus edifícios religiosos, que a partir da segunda metade do século XVIII tornaram-se verdadeiros símbolos visuais da paisagem da cidade colonial, compondo com seus adros, largos e vielas verdadeiros cenários do prolongamento de seus espaços internos para os ritos externos, tais como: procissões, solenidades fúnebres, coroações. Propagava-se, desta maneira, a fé religiosa católica aclamada em grande júbilo e festa popular (Figuras 4 e 5). Poucas cidades incorporaram esses valores com tanta continuidade e preservação como a cultura sanjoanesa, que amante do progresso na virada do século XIX para o XX nunca acreditou que o progresso que ela tanto almejava prejudicaria a manutenção das tradições barrocas

que ela tanto amava, regida com o toque especial das suas orquestras centenárias e da voz dos seus amados sinos.

Dentro desse quadro, e não apenas em São João del-Rei, o edifício religioso tornou-se em Minas o signo e o reflexo de uma cultura arquitetônica profundamente adaptada a uma especial paisagem mineira, bastante responsável pelos avanços plásticos obtidos por seus arquitetos e construtores ao longo da segunda metade do século XVIII a partir das experiências de Ouro Preto. Por essa característica foi poeticamente registrada através dos tempos em vários estudos e imagens construídas sobre a mineiridade por escritores como Alceu Amoroso Lima e Sylvio de Vasconcelos e nas representações iconográficas de artistas como Tarsila do Amaral, Bracher e, principalmente, Guignard.



Figuras 4 e 5: Procissão de Corpus Christi em São João del-Rei: assimilação do roteiro construído pela formação da paisagem.

Fonte: Acervo André Dangelo, 2007 (publicação autorizada pelo autor).

Particularmente, quando refletimos sobre essas particularidades na formação da arquitetura e da cultura do lugar, podemos verificar que em São João del-Rei, como em outras cidades do período, a força da igreja como símbolo na imagem da cidade – no sentido que Lynch (1990) nos coloca – teve uma especial demarcação a partir da estrutura formal do sítio, mas também da construção dos ritos. Como demonstra a documentação, os edifícios religiosos tiraram partido da estruturação formal já existente e traçada para valorizar a dramaticidade das solenidades. Estratégia, aliás, comum ao pensamento Barroco.

Assim, quando vemos a implantação simbólica em cruz latina dos templos religiosos em São João del-Rei, com a Matriz ao Centro, vemos explicitada a criação de um estado de espírito focado no rito barroco numa paisagem, a princípio, aberta e não barroca, sendo seus efeitos dramáticos construídos de uma maneira bem mais simples do que em localidades como Ouro Preto ou Salvador, mas que têm um funcionamento perfeito com os artifícios lúdicos utilizados como a música, o dobre dos sinos e os odores do culto, como o incenso e o rosmarinho.

Por outro lado, do ponto de vista da mentalidade, verificamos claramente que a proposta de construção de um estado de espírito da festa barroca ajudou a forjar outros

componentes do espaço delineado pelo cenário mítico-religioso. Passos, Cruzeiros e Oratórios delimitam e relembram, a cada instante, a religiosidade da formação da paisagem ali sedimentada (Figuras 6, 7 e 8).



Figuras 6, 7 e 8: Cruzeiros, Passos e Sinos: demarcadores físicos e lúdicos da religiosidade na paisagem construída e sonora.

Fonte: Acervo André Dangelo, 2007 (publicação autorizada pelo autor).

Para melhor entendermos esses movimentos de peculiaridade e construção da monumentalidade religiosa na paisagem de São João del-Rei, basta acompanharmos ainda hoje as solenidades da Quaresma, marcadas principalmente pelo luto de grandes cortejos humanos que revelavam o espírito místico/religioso da formação cultural da cidade. Nessas ocasiões, ainda podemos ver e ouvir vozes de outras eras, o dobre dos sinos, que se tornam arautos da sua própria existência, narrando ao crente a cada momento, da sua casa no edifício religioso, a construção da trama urbana e arquitetônica da cidade, estabelecida a partir da apropriação religiosa – mas também profana em outras datas – do espaço da manifestação dos ritos coletivos, numa apropriação revestida de uma catálise antropológico-cultural que personaliza e transforma a cultura do lugar.

Com um olhar mais sensível, também é possível ver como a arquitetura e a cultura do lugar estreitaram seus laços, como se fossem companheiras de jornada. É como se as igrejas tivessem o poder de marcar hierarquicamente, mais uma vez do ponto de vista espiritual, o panorama urbano da cidade com suas torres. E é como se estas tivessem o poder de recriar um limite de espacialização lúdico, que norteasse essa cultura acumulada na memória da comunidade por quase trezentos anos. Neste sentido, podemos dizer que a relação e o significado entre a arquitetura e o espaço urbano nestas manifestações da cultura barroca em São João del-Rei na realidade se misturam, construindo um marco simbólico para a construção desse ritual.

Dentro desse espírito, parece importante afirmar aqui, ainda quando falamos em arquitetura religiosa e paisagem cultural da cidade de São João del-Rei, que é preciso

olhar com mais atenção a conformação monumental do atual Largo de São Francisco que, a nosso ver, tem todo um sentido especial para a compreensão das estratégias espaciais e arquitetônicas para a monumentalização já comentadas. Naquele importante trecho do espaço urbano do Centro Histórico podem ser vistas com mais clareza e vitalidade, a partir das leituras históricas da formação desse monumento, onde as lições e o espírito desse “barroquismo tardio”, também comentado anteriormente, ainda se mostram válidas na mentalidade da construção urbana e paisagística da cidade. Por volta de 1878, a Ordem Terceira de São Francisco decidiu, ao invés de terminar o douramento dos altares da nave que estavam preparados à base de tabatinga e cola desde 1860 (numa atitude muito influenciada pelo novo espírito neoclássico que já dominava a arte nos interiores da igreja, desde grandes reformas da Matriz do Pilar realizadas entre 1820-1845), realizar um maciço investimento de recursos para empreender os trabalhos da construção do adro, que tiveram grande impacto para ampliar a monumentalização da igreja. Essa ação acabou completada com o plantio das 16 palmeiras imperiais no final do século XX e com o posterior desenho paisagístico em forma de lira por volta de 1930, que deu o toque final na construção de um cenário privilegiado e de grande qualidade arquitetônica e paisagística, tanto para os ritos cerimoniais que envolvem a Igreja de São Francisco dentro do mundo dos ritos da fé contrarreformista em São João del-Rei, como ponto de referência cultural da cidade (Figura 9).



Figura 9: Largo e Igreja de São Francisco de Assis em São João del-Rei
Fonte: Acervo André Dangelo, 2010 (publicação autorizada pelo autor).

Sobre esse acontecimento arquitetônico e paisagístico de espírito barroco tardio, a verdade é que a perspectiva aqui colocada, até pouco tempo, não podia ser bem percebida, pois faltava a documentação iconográfica ligada à igreja antes da construção do adro. Entretanto, com a recente descoberta de uma imagem de 1878 da igreja sem o adro (Figura 10), a estratégia da construção se mostrou óbvia e necessária, e a qualidade do projeto e da execução se mostrou clara em toda a sua grandeza (Figura 11).



Figuras 10 e 11: Largo e Igreja de São Francisco de Assis em São João del Rei em 1871 e 2010

Fonte: Acervo André Dangelo, 2010 (publicação autorizada pelo autor).

A análise cuidadosa dessa antiga (nova) imagem, mostra a igreja ainda acessada por uma medíocre escadaria de pedra e cercada lateralmente por ruínas de antigas casas e um minúsculo chafariz, construído em 1822, que impedem a monumentalização do edifício, que parece claramente sem a força devida no meio daquela desordem e desestruturação de escala.

Sobre essa obra, cujo anônimo autor tinha certamente um amplo entendimento arquitetônico sobre o seu papel e sua relação tanto com a igreja como com a nova conformação da paisagem lindeira, poucas informações existem nos arquivos na Ordem de São Francisco. Sabemos hoje que o projeto foi contratado no Rio de Janeiro com o canteiro José Moreira da Silva em 1871, que subempreitou a obra ao também mestre canteiro português Gabriel Pereira de Amorim. Os trabalhos foram executados entre 1871 e 1881, sendo que os balaústres em pedra de lioz, vindos de Lisboa, foram assentados a partir de 1880. O restante da cantaria seguiu o padrão do arenito esverdeado utilizado na construção da igreja, oriundos da Serra da Candonga, próximo a São João del-Rei. No período de 1885 a 1890, ainda se fez um último acréscimo à obra do adro, já sob a influência dos padrões do Ecletismo que invadiam a cidade com a chegada da Estrada de Ferro Oeste de Minas, e incluiu-se o gradil fronteiro composto

de peças importadas de ferro fundido, fixado sob uma base de cantaria trabalhada e entre pilares executados sobre a mesma cantaria do adro e da igreja (Figura 12).



Figura 12: Adro da Igreja de São Francisco de Assis em São João del Rei

Fonte: Acervo André Dangelo, 2010 (publicação autorizada pelo autor).

A ação intelectual desse projeto, no entanto, deixa muito ainda para se especular. Inicialmente porque o risco do adro seguiu muito de perto a projeção em planta do frontispício da igreja e seus detalhes construtivos, principalmente os das colunas das torres, que o tornaram uma obra até mais tar-do-barroca que a própria igreja, já que a sinuosidade que devia estar presente no frontispício do projeto original (e que foi deslocada para a fachada lateral na modificação do projeto pelo arquiteto e construtor Francisco de Lima Cerqueira) foi utilizada no desenho do adro, na posição correta, prevista pelo desenho original do Aleijadinho. Por outro lado, é nítida a monumentalização e valorização de alguns pedestais (pelo menos 10) que parecem preparados para receber peças esculturais, talvez influenciados pelo projeto do Adro de Congonhas, com quem a estruturação de níveis da planta tem muitas afinidades.

Diante dessas evidências, acreditamos que: se a intenção do arquiteto não fosse criar bases para um conjunto de esculturas, o aumento dimensional desses balaústres não teria nenhum sentido e encareceria uma obra já bastante dispendiosa para a Ordem de São Francisco. Diante dessa leitura fica a pergunta: será que esse belíssimo projeto já estava previsto pelos arquitetos originais da igreja, Antônio Francisco Lisboa ou Francisco de Lima Cerqueira? Será que os arquitetos do Neoclassicismo em São João del-Rei,

como Venâncio José do Espírito Santo, Joaquim José da Natividade, Candido José da Silva ou mesmo o tiradentino Manuel Vitor de Jesus, teriam a formação necessária para fazer essa adição com o talento com que ela se mostra? Ou será a obra apenas fruto do sentido de coerência estética e estilística dos canteiros portugueses que vieram do Rio de Janeiro para construir a obra? São mistérios ainda insolúveis sem o apoio de maior documentação. No entanto, podemos afirmar, perante a perspectiva da análise crítica possível sobre essa ação arquitetônica, que a imagem da igreja e do adro, hoje (sem as 10 esculturas dos santos franciscanos), já tem a virtude de ser uma das obras mais monumentais do Barroco mineiro; com a presença desses, certamente seria um dos maiores momentos da arte barroca em Minas Gerais na sua vertente mais tardia, já que a forma e movimento do adro é superior ao de Congonhas, somado ao fundo dessa articulação arquitetônica a uma das igrejas mais monumentais e belas de Minas, ao contrário do Conjunto de Congonhas. Assim sendo, como diria o mestre Germain Bazin, a não finalização desse projeto poderá ter privado a cultura do país de uma das obras mais importantes do Barroco brasileiro (Figuras 13 e 14).



Figuras 13 e 14: Adro da Igreja de São Francisco de Assis em São João del-Rei

Fonte: Acervo André Dangelo, 2010 (publicação autorizada pelo autor).

Cada vez mais nos parece fazer sentido, frente ao tempo e a percepção do espírito das cidades mineiras coloniais, o papel da arquitetura religiosa não só do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, mas como parte de um sistema religioso que, através dos seus ritos, dinamiza ainda mais esses espaços, trabalhando com uma componente lúdica, da qual fazem parte os sons e os ritos vinculados a uma paisagem sonora. Essas características fazem do Centro Histórico de São João del-Rei, a par de toda a sua descaracterização como conjunto paisagístico, um lugar diferencial, onde a palavras refletidas pelo Mestre Lucio Costa (1995), quando ainda andava por Diamantina naquela distante década de 20 do século passado, fazem ainda mais sentido:

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como se encontra, fica contente, feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá, dentro de nós.

André Guilherme Dornelles Dangelo. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994), especialização em Arte e Cultura Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto e em Patrimônio Construído pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, mestrado em Ciências da Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e doutorado em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Atualmente é professor adjunto da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura religiosa - barroco mineiro, restauro, preservação de centros históricos, conservação e reabilitação de edifícios de valor cultural e reabilitação de Centros Históricos. Suas pesquisas mais recentes têm convergido nos últimos anos para a área de Cultura Arquitetônica e Trânsito de Culturas durante o século XVIII entre Brasil e Portugal, como também para o papel da Gestão Urbana nos Centros Históricos e o lugar do novo dentro dessas preexistências de valor histórico e cultural. Além de inúmeros artigos e capítulos de livros apresentados em Congressos Nacionais e Internacionais, é autor ainda de três livros, entre eles “O Aleijadinho Arquiteto e outros Ensaio sobre o Tema.” Atuando na Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade desde 2007, a partir de 2010 tornou-se seu Superintendente Executivo, onde se tem dedicado, dentre outras atividades, a implantação do Projeto Geral da Implantação do Campus Cultural da UFMG na cidade de Tiradentes e da parte de Restauração Arquitetônica vinculada a esses projetos.

Vanessa Borges Brasileiro. Doutora em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (2008), possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), especialização em Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999). Foi presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) no ano de 2003 e é membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Atualmente é Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Professor Adjunto II da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo e Técnicas Retrospectivas, atuando principalmente nos seguintes temas: projeto de arquitetura, intervenção em edificações históricas, patrimônio, preservação e arquitetura contemporânea. Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAETA, Rodrigo Espinha. *O Barroco: a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BRASILEIRO, Vanessa Borges. *São João del-Rei: uma proposta de leitura do patrimônio ambiental*. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- BURTON, Richard. Os cronistas viram e disseram. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. São João del-Rei, v. IV, p.54-59, 1986.
- CABRITA, António Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João. *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1992.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. *Patrimônio cultural nas cidades contemporâneas: o caso de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: EAUFMG, 1991.
- CESCHI, Carlo. *Storia e Teoria del Restauro*. Milano: Mario Bulzone Editore, 1970.
- CORONA Eduardo; LEMOS, Carlos Antônio C. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.
- COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registros de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- DANGELO, André G. D. *São João del-Rei e o SPHAN: 60 anos de conflitos na gestão do Centro Histórico Tombado*. Editora UFJF, 2001.
- FLÔRES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Universidade de São Carlos, São Paulo, 2009.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do Ouro; Campos das Vertentes* – Diretrizes para o Desenvolvimento da Estrutura Urbana e Preservação do Centro Histórico de São João del-Rei. Belo Horizonte: FJP, 1982. 2v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *São João del-Rei: como entender, proteger e viver a cidade*. Belo Horizonte: FJP, 1984.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas patrimoniais*. Brasília: MinC/IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos, 3).
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no corredor cultural*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.
- INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. *A cor*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Rio Arte, 1990.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. *Morada paulista*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*. Brasília: MEC, 1980. (Publicações do SPHAN, 31).
- SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (separata), Rio de Janeiro, v. 17, 1969.
- TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 29- 32, 1984.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977. (Coleção Debates).
- VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.
- WASTH RODRIGUES, José. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1975.